



**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**GRELHA DE CORREÇÃO DO EXAME DE DIREITO ROMAN**  
**COINCIDÊNCIAS**  
**TURMA C**

**Data do Exame- 27 de janeiro de 2022**

**Grupo I**

Responda, sucintamente, a **duas** das seguintes questões:

**1- Em que consistia a *Provocatio ad populum*?**

- Identificar e caracterizar o instituto da *Provocatio ad populum*: a datação incerta acerca da criação (*Lex Valeria de provocatione* de 509 a.C.; *Lex Valeria Horatia de provocatione* de 449 a.C.); as duas fases do processo perante os *comitia* (*Anquisitio* e *Rogatio*)
- Destacar a ratio da *Provocatio ad populum* como o instrumento para garantir que a aplicação das penas máximas não ficasse completamente entregue ao arbítrio dos patrícios;
- Sublinhar a passagem de competências dos *Comitia curiata* para os *Comitia centuriata*;
- Destacar que a garantia da *Provocatio* termina no período do Principado, com a passagem das competências do *Populus* para o *Princeps*;
- Traçar o quadro histórico no qual se desenvolveu a luta entre Patrícios e Plebeus.

**2- Como se caracterizava a magistratura do Censor?**

- Caracterizar a magistratura da censura: identificação no *Cursus honorum*; as funções (o censo; a classificação política, fiscal e militar dos cidadãos; a avaliação da idoneidade moral dos cidadãos);
- Criação da magistratura censoria em 443 a.C., sendo o cargo exclusivamente reservado aos Patrícios; a *Lex Publilia Philonis de censore plebeio creando* de 339 a.C. com a qual se estabeleceu que um dos censores tivesse que ser sempre plebeu;

- Destacar a importância do *Plebiscitum Ovinium* de 312 a.C. e a atribuição ao Censor da função de nomeação dos senadores (*lectio Senatus*).

### **3- Quais eram as atribuições do Senado no período do Principado?**

- Identificar e caracterizar o Senado: composição e funções;
- Referir a evolução dos poderes legislativos do Senado no principado;
- Referir a evolução do *senatusconsultum*: o *senatusconsultum* como ato de responsabilidade do senado;
- Relacionar a *oratio principis in senatu habita* com a degradação do poder legislativo do Senado

### **4- Qual foi a relevância do *Ius Flavianum* para o desenvolvimento do *Ius Romanum*?**

- O *Ius Flavianum*: datação, conteúdo; explicação da importância da compilação dos formulários atribuída a Ápio Cláudio e da sua publicação por Gneu Flávio;
- A *iurisprudencia* laica: o declínio dos pontífices; o processo de laicização; o direito como criação humana;
- O *Ius Flavianum* como momento central do processo de secularização: o fim do determinismo das soluções divinas dos litígios e a passagem para uma argumentação racionalizada e fundamentada das soluções.

## Grupo II

Responda a **duas** das seguintes questões:

### 1- Distinga as atividades complementares dos jurisperitos e as relativas características.

- Conceito de *iurisprudencia*;
- Identificar as características fundamentais da atividade jurisprudencial: a gratuidade; a publicidade;
- Identificação e caracterização das funções complementares dos jurisperitos: a docência; a produção de literatura jurídica; a atividade polemica;
- A docência como pratica de responder em publico, iniciada por Tiberio Coruncanio em 252 a.C; a docência como pratica interna a atividade geral dos jurisperitos; os dois graus de ensino (*instituere; instruere*); as *Institutiones* como manuais básicos de ensino do Direito;
- A produção de literatura jurídica como atividade de redação do Direito; identificar as diferentes tipologias de obras dos jurisperitos: *Institutiones* ou *Enchiridia; Epistolae; Digesta*; Tratados;
- A atividade polemica enquanto *disputatio*: a heterogeneidade das respostas jurisprudenciais; as discussões e argumentações entre jurisperitos acerca das melhores soluções aos conflitos, segundo justiça.

### 2- Integre fundamentamente a *Lei das Citações* no contexto da codificação da *Iurisprudencia*.

- Identificar e caracterizar a Lei das Citações com a constituição imperial de 426 recolhida no Código Teodosiano de 438;
- Referir o objetivo da Lei das Citações: disciplinar a citação e a autenticidade dos textos jurisprudenciais, devido a presença de textos contraditórios e de dúbia atribuição;
- Referir o processo de decadência da *iurisprudencia* desde o fim do principado;

- Sublinhar como no século V ainda utilizavam-se como fonte normativa, em julgamento, textos jurisprudenciais escritos nos séculos II e III, juntamente com as constituições imperiais;
- Referir como a lei das citações foi incluída no Código de Justiniano de 529 (*Codex Vetus*).

**3- Caraterize o processo por *Leges actiones* (*Agere per legem*) e o processo formulário (*Agere per formulas*).**

- Identificação e caracterização do processo por *Leges actiones* e de processo formulário;
- A introdução do *agere per formulas* no exercício da função jurisdicional do pretor urbano: a *Lex Aebutia de formulis* de 130 a.C.;
- Referir a atuação processual do Pretor nas *legis actiones* e no *agere per formulas*;
- Caracterização do processo do *agere per legem*;
- As 5 *actiones* citadas por Gaio (Gaio, I., IV. 12); *actio per sacramento*, *actio per iudicis postulationem*, *actio per conditionem*, *actio per manus iniunctionem*, *actio per pignoris capionem*;
- Caracterização do processo do *agere per formulas*: a fórmula; as fases processuais *in iure* e *apud iudicem*;
- A *iurisdictio* do pretor urbano.

**4- Caraterize as relações entre o *Princeps* e as instituições republicanas.**

- Delinear o quadro histórico: o Principado como projeto político de Augusto;
- Caracterizar a experiência política do Principado;
- O *Princeps* como *Primus inter pares*: a centralidade da figura do *Princeps*;
- Identificar e caracterizar os poderes do *Princeps*: o *Imperium proconsulare maius et infinitum*; a *Tribunicia Potestas*;

- Relacionar a figura do *Princeps* com a decadência dos restantes órgãos constitucionais, no processo de burocratização do aparelho de poder: o *Princeps* e os *Comitia*; o *Princeps* e o Senado; o *Princeps* e as magistraturas republicanas.

### Grupo III

Interprete e comente **um** dos seguintes textos:

**1-** *“A partir de 450 a.C. estão preparadas para publicação as leis decenvirais. A possibilidade de as leis, que se aplicavam à resolução de casos concretos, estarem publicadas em textos oficiais, serem conhecidas de todos, significaria não apenas uma maior segurança das partes e maior estabilidade normativa e interpretativa, como permitiria conhecer os fundamentos e criticar as soluções das sentenças. Não se tratava ainda de almejar a certeza do direito para dar garantias de justiça aos mais fracos, mas era um início”.*

Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Introdução ao estudo do Direito Romano. As questões fundamentais*. 2021, AAFDL, p. 126

- Caracterizar o período da transição da Roma do Rex e das Gentes para a República;
- As lutas pela *Aequatio Iuris*: o conflito entre Patrícios e Plebeus;
- Identificar e caracterizar a Lei das XII Tábuas: processo de elaboração; as vicissitudes do I e do II Decenvirato (*Decemviri legibus scribundi*);
- As fontes da Lei das XII Tábuas: os *Mores Maiorum* e a sua parcial positivação;
- A Lei das XII como forma de resolução do conflito entre mores e *leges*;
- A importância da Lei das XII Tábuas na secularização do *ius*;
- Caracterizar o fenómeno político-jurídico da laicização e discriminar as várias etapas do processo de secularização do *Ius*.

2- ‘Justiniano, imperador entre 527 e 565, concebeu um desenho exigente e audace, desenvolvendo aquela tendência para as codificações que podemos considerar como sendo a característica e a novidade mais importantes da inteira cultura jurídica da tarda antiguidade. [...] Justiniano começou, portanto, por ordenar uma nova coletânea de constituições, a partir do tempo de Adriano até ao seu tempo: um amplo Codex cuja finalidade era substituir os três precedentes, o Gregoriano, o Hermogeniano e o Teodosiano’.

AA.VV., *Diritto privato romano. Un profilo storico*, (a cura di Aldo Schiavone), Einaudi, Torino, 2003, p. 4

- Caracterizar a época Justinianeia: o contexto histórico;
- Sublinhar a relevância histórica da compilação;
- Identificar e caracterizar o *Corpus Iuris Civilis*: o processo de elaboração (autoria; datação, objetivos);
- Destacar e caracterizar as partes que compõem o *Corpus Iuris Civilis* (*Codex*; *Digestum*; *Institutiones*; *Novellae Constitutiones*);
- Destacar o processo de compilação do *Codex*: o *Codex* como coletânea de *leges*;
  - Os Códigos Gregoriano, Hermogeniano e Teodosiano como fontes;
  - A Constituição *Haec quae necessario* de 13 de fevereiro de 528: o início da codificação justinianeia;
  - A Constituição *Summa rei publicae* de 7 de abril de 529: a publicação do *Codex* (*Codex Vetus*);
  - A Constituição *Cordi* de 16 de novembro de 534: a publicação do *Codex repetitae praelectionis*.